

APLICAÇÃO DE UMA DEFINIÇÃO DE ‘PROBLEMA FILOSÓFICO’ AO PROBLEMA FILOSÓFICO MENTE-CORPO

Ricardo Tavares da Silva
Doutorado em Filosofia pela FLUL
Investigador do CIDPCC

Draft de Junho de 2021

1 – Os problemas filosóficos

1.1 – Estrutura de um problema filosófico

O chamado ‘problema mente-corpo’ é um problema filosófico. Porquê? Porquê? Porque contém todos os elementos de um problema filosófico, sendo que um problema filosófico caracteriza-se, defendendo, pela existência de uma tensão dentro do nosso acervo de ideias. Os problemas filosóficos são paradoxos, *puzzles* ou enigmas.

Existem dois tipos de tensão no interior de um conjunto de noções previamente adquiridas: i) tensão ou incompatibilidade entre noções (problema filosófico de coerência externa); ii) tensão ou incompatibilidade dentro de uma noção (problema filosófico de coerência interna).

É claro que, no sentido de estarmos perante problemas no interior do sistema de ideias adquiridas, todos os problemas filosóficos são problemas de coerência interna. Mas, partindo já dessa perspetiva interna, existirão problemas de coerência externa, entre noções, e de coerência no interior de uma noção específica.

Para existir um problema filosófico de coerência externa, têm de estar preenchidos os seguintes requisitos: *a)* existirem duas noções em ordem, isto é, que tenham sido adquiridas pelos meios cognitivos legítimos e que sejam internamente coerentes (chamarei a este o requisito da igual concebibilidade); *b)* nenhuma delas se reduzir à outra, tendo cada noção plena autonomia conceptual face à outra (requisito da irreducibilidade); *c)* serem aparentemente incompatíveis, ou seja, a existência de uma das noções conflitua, aparentemente, com a existência da outra (requisito da incompatibilidade ou do conflito aparente).

Exemplos de problemas filosóficos de coerência externa: o problema do livre-arbítrio, no qual conflituam as noções de ‘causalidade’ e de ‘liberdade’; o paradoxo da fraqueza da vontade, no qual conflituam as noções de ‘fraqueza (força) da vontade’ e de ‘racionalidade’;

o problema mente-corpo (cérebro), no qual conflituam as noções de ‘mentalidade’ e de ‘fiscalidade (materialidade)’.

Para existir um problema filosófico de coerência interna, têm de estar preenchidos os seguintes requisitos: *a)* existir uma noção, que faça parte do nosso acervo de ideias, adquirida pelos meios cognitivos legítimos (requisito da concebibilidade); *b)* que à mesma pertençam duas propriedades em ordem, isto é, que tenham sido associadas àquela noção pelos meios cognitivos legítimos e que sejam internamente coerentes (requisito da igual pertença legítima); *c)* nenhuma delas se reduzir à outra, tendo cada propriedade plena autonomia (requisito da irreduzibilidade); *d)* serem aparentemente incompatíveis, ou seja, a pertença de uma das propriedades à noção conflituava, pelo menos aparentemente, com a pertença da outra à mesma noção (requisito da incompatibilidade aparente).

Exemplos de problemas filosóficos de coerência interna: o paradoxo da normatividade, no qual conflituam duas propriedades das normas, a necessidade e a violabilidade; o paradoxo da inferência, no qual conflituam duas propriedades dos raciocínios válidos, a garantia e a novidade; o *paradoxe* de Frege (ou o problema das identidades informativas), no qual conflituam duas propriedades nas identidades informativas, a propriedade de ser idêntico a (o mesmo que) e a da informatividade.

Os humanos desenvolveram a capacidade de diagnosticar e (tentar) resolver anomalias no acervo cognitivo-conceitual, nisto que é a filosofia. Considero, portanto, que a capacidade de filosofar é uma ferramenta adquirida evolutivamente e que a função da filosofia é a de compatibilizar essas noções/propriedades aparentemente incompatíveis, tornando coerente o acervo de ideias adquiridas. Isto revela que o funcionamento da faculdade conceitual de primeira ordem não é infalível: uma faculdade conceitual de segunda ordem é chamada a intervir, organizando ou harmonizando o acervo de ideias.

E, contrariamente à ciência, a filosofia não faz investigação direta sobre a realidade (embora pressuponha a recolha de dados empíricos). Se tal acontecer, será um efeito colateral, uma finalidade extrínseca. É neste sentido que, tradicionalmente, se diz que os filósofos conseguem, *a priori*, fazer descobertas sobre a realidade.

1.2 – Posições suscetíveis de adotar perante um problema filosófico

Num sentido amplo, também constitui trabalho filosófico negar os termos iniciais do problema. Trata-se, obviamente, não de superar o problema mas de o evitar. Esta é uma atitude que pressupõe que a incompatibilidade não é, apenas, aparente, pelo que não há como

resolver o problema filosófico mas, somente, evitá-lo. Por isso, diria que, perante um problema filosófico, há duas posições que, de raiz, se pode ter: uma posição compatibilista (que visa resolver o problema); uma posição incompatibilista (que o evita).

A negação da existência de um problema filosófico pode dar-se rejeitando um dos três requisitos enunciados atrás (no caso dos de coerência externa; com as devidas alterações, o que se disser aplicar-se-á aos de coerência interna):

i) rejeitando que ambas as noções/propriedades estejam em ordem, eliminando uma delas por ser ilegítima (eliminativismo)

ii) rejeitando que uma seja irreduzível à outra (reduccionismo)

iii) rejeitando que estejam numa situação inicial de incompatibilidade, ou mudando-se os termos em que é colocado o problema (revelando-se um falso problema), ou mudando-se uma das noções/propriedades (incompatibilismo em sentido estrito)

Há, ainda, uma terceira posição: aceitar o problema, sem o evitar, mas também sem o resolver (derrotismo filosófico). E, efetivamente, há quem considere que os problemas filosóficos são irresolúveis (o nosso conjunto de ideias adquiridas é fatalmente incoerente).

2 – O problema mente-corpo

2.1 – Um problema filosófico

O problema mente-corpo possui todos os elementos de um problema filosófico.

Temos *a)* duas noções em ordem, isto é, adquiridas pelos meios cognitivos legítimos e internamente coerentes (requisito da igual concebibilidade): as noções de ‘mentalidade’ e ‘fiscalidade’ pertencem de igual direito ao nosso acervo de ideias (ambas se fundam em dados empíricos). Usando uma distinção consagrada, dir-se-á que a noção de ‘mentalidade’ é-nos dada pela *psicologia popular* e que a noção de ‘fiscalidade’ relevante para a questão é cada vez mais clarificada pelas *neurociências*.

Sendo que *b)* nenhuma delas se reduz à outra, tendo cada noção plena autonomia conceptual (requisito da irreduzibilidade): a mentalidade diz respeito à subjetividade e à interioridade (metafísicas), não tendo os estados ou acontecimentos mentais propriedades físicas como massa, ocupação de espaço, tamanho, forma, etc. (em suma, em termos cartesianos, falta-lhes extensão). Também lhe é característica a intencionalidade (Franz

Brentano e Searle), entendida tanto como a referência ao objeto das cognições como a intenção, nas volições, em fazer algo.

E *c)* são aparentemente incompatíveis, ou seja, atribuímos mentalidade e fisicalidade às mesmas coisas (requisito da incompatibilidade ou do conflito aparente): dá-se o caso de os estados de coisas ou acontecimentos que são mentais, a saber, sensações, estados afetivos, juízos, crenças, raciocínios, desejos, decisões, recordações, previsões, etc., serem, simultaneamente, físicos/neurológicos.

Chamemos '*pensamento (P)*' a todos estes tipos de entidades referidos. E chamemos '*mental (M)*' a tudo o que é mental e '*físico (F)*' aos estados ou acontecimentos neurológicos. O problema mente-corpo (cérebro) deixa-se representar da seguinte maneira: *i) P = M e P = F; ii) logo, deveria ser verdade que M = F; iii) porém, M ≠ F.*

O desafio consiste em demonstrar que a contradição apontada é, efetivamente, aparente, pois, com trabalho filosófico, ela desaparecerá. Esta é a via da aceitação e resolução do problema mente-corpo, a posição compatibilista.

2.2 – Teorias incompatibilistas

Mas há quem siga a via da rejeição do problema mente-corpo, adotando uma posição incompatibilista. Fá-lo-á de uma de três formas:

- a) rejeitando que ambas as noções estejam em ordem – este é o *eliminativismo*, que pode ser fisicalista (elimina-se a noção de 'mentalidade' do nosso acervo de noções: veja-se Paul e Patricia Churchland) ou mentalista/idealista (elimina-se a 'fisicalidade' do nosso acervo de noções: veja-se Berkeley)
- b) rejeitando que qualquer uma das noções seja irreduzível relativamente à outra – este é o *reducionismo*, regra geral fisicalista (a mentalidade reduz-se à fisicalidade neurológica, através de uma identidade informativa: veja-se Smart)
- c) rejeitando a situação inicial de incompatibilidade, ou mudando-se os termos em que é colocado o problema, nomeadamente, negando-se que $P = F$, como faz o *dualismo* (veja-se Descartes), ou mudando-se uma das noções/propriedades, nomeadamente, a de 'mentalidade', como faz o *funcionalismo* (veja-se Putnam).

Seguindo o eliminativismo fisicalista, nega-se que *M* seja concebível, pelo que deixa de ter sentido afirmar que $P = M$ e, conseqüentemente, tanto que $M = F$ como que $M \neq F$. Apenas

resta $P = F$, isto é, um não-problema. Com as devidas alterações, o mesmo se diga para o eliminativismo mentalista.

Seguindo o reducionismo fisicalista, simplesmente nega-se que $M \neq F$, mantendo-se tudo o resto igual: não há contradição.

Seguindo o dualismo, nega-se que $P = F$ mas aceita-se que F é concebível e que $M \neq F$. Ao negar que $P = F$, evita-se concluir que $M = F$ por via de $P = M$, fugindo-se ao problema. Em rigor, o problema converte-se noutra, o da interação mente-corpo (pois temos dois domínios da realidade a ocorrer em paralelo).

Seguindo o funcionalismo, não se nega o preenchimento de algum dos requisitos. Mas os estados mentais vão ser interpretados como estados funcionais e $M = F$ vai ser entendida, no seguimento, como a realização de uma função por um suporte neurológico.

Algumas referências bibliográficas

1. Ayer, A. J. (1936). *Language, Truth and Logic*. London: Penguin Books
2. Ayer, A.J. (Ed.) (1971). *Russell and Moore: The Analytical Heritage*. Cambridge, MA: Harvard University Press
3. Brentano, Franz (1874). *Psychology from an Empirical Standpoint*. Translated by Antos C. Rancurello, D.B. Terrell and Linda L. McAlister (2009). London: Routledge
4. Chalmers, David (1996). *The Conscious Mind*. Oxford: Oxford University Press
5. Churchland, Paul (1981). "Eliminative Materialism and the Propositional Attitudes". *Journal of Philosophy*, N.º 78, pp. 67-90
6. Deleuze, Gilles, Guattari, Félix (1991). *What is Philosophy?*. Translated by Hugh Tomlinson and Graham Burchell (1994). New York: Columbia University Press
7. Descartes, René (1641). *As Meditações Metafísicas*. Tradução de Alexandre Emílio (2000). Lisboa: Didáctica Editora
8. Kant, Immanuel (1781). *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Maria Pinto dos Santos e Alexandre Morujão (2001). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (8.ª edição)
9. Nagel, Thomas (1974). "What is Like to be a Bat?". *Philosophical Review*, N.º 83, pp. 435-450
10. Pears, D.F. (1967). *Bertrand Russell and the British Tradition in Philosophy*. London: Collins
11. Putnam, Hilary (1967). "The Nature of Mental States". Em Hilary Putnam (1975), *Mind, Language, and Reality*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 429-440

12. Russell, Bertrand (1912). *Os Problemas da Filosofia*. Tradução de António Sérgio (2006). Lisboa: Lisboa Editora
13. Russell, Bertrand (1961). “The Philosophy of Logical Analysis”. In Bertrand Russell. *The Basic Writings of Bertrand Russell*. New York: Routledge (ed. 2009), pp. 277-284
14. Searle, John (1983). *Intencionalidade – Um Ensaio de Filosofia da Mente*. Tradução de Madalena Costa (1999). Lisboa: Relógio D’Água Editores
15. Smart, J.J.C. (1959). “Sensations and Brain Processes”. Em *The Philosophical Review*, Vol. 68, N.º 2, pp. 141-156
16. Swinburne, Richard (2014). “What Makes Me, Me? A Defense of Substance Dualism”. Em A. Lavazzo e H. Robinson (Eds.), *Contemporary Dualism: a Defense*, London: Routledge, pp. 139-153
17. Tugendhat, Ernst (1976). *Traditional and Analytical Philosophy – Lectures on the Philosophy of Language*. Translated by P. A. Goerner (1982). Cambridge: Cambridge University Press
18. Williamson, Timothy (2008). *The Philosophy of Philosophy (The Blackwell/Brown Lectures in Philosophy)*. New Jersey: Wiley-Blackwell
19. Wittgenstein, Ludwig (1921). *Tratado Lógico-Filosófico/Investigações Lógicas*. Tradução de M. S. Lourenço (2001). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
20. Zilhão, António (2014). “O Problema Mente-Corpo na Primeira Década do Século XXI: Visita Guiada a Pontos-Chave da Paisagem Físicista”. *Kairos – Revista de Filosofia & Ciência*, N.º 9, pp. 109-137